



Projecto: Peace Bulding

RELATÓRIO ANUAL DE 2022



Figura 1: Da esquerda para direita, Coordenador do FOSCI, Secretário Permenete Distrital de Inhassoro e Director Executivo da ACOORD na mesa de presído do acampamento sobre mitigação e mediação de conflito

ÍNDECE

1. INTRODUÇÃO.....	PAG 3
2. SUMARIO.....	PAG 3
3. ACTIVIDADES PLANIFICADS PARA O PERIODO.....	PAG 3
4. ACTIVIDADES PLANIFICADAS E REALIZADAS	PAG 4
5. ACTIVIDADE REALIZADA E NÃO PLANIFICADA.....	PAG 20
6. DIFICAULDADES/CONSTRANGIMENTOS.....	PAG 30
7. LICÇÕES APRENDIDAS.....	PAG 30
8. CONCLUSÕES.....	PAG 31
9. RECOMENDAÇÕES	PAG 31

1. INTRODUÇÃO

A ACOORD, no âmbito do projecto Peace Bulding em implementação nos distritos de Inhassoro e Govuro, com o financiamento da União Europeia, com a parceria da Oxfam e CIP, realizou de Setembro de 2022 a Fevereiro de 2023 actividades das quais cinco programadas e uma não programada.

O presente documento relata com pormenor as actividades realizadas no período em referência.

2. SUMÁRIO

O período em referência caracterizou-se pela realização de seis actividades dentre elas cinco planificadas e uma não planificada, mas que ambas enquadradas nos objectivos do projecto Peace Bulding.

Apoiamos os membros da Assembleia provincial de Inhambane a realizarem uma visita de monitoria e fiscalização aos projectos de gás de Pande e Temane, nos distritos de Govuro e Inhassoro respetivamente. Nesta visita os representantes do povo, visitaram e interagiram com representantes dos governos distritais, sociedade civil, comunidades locais e líderes locais.

Apoiamos a realização do primeiro observatório de desenvolvimento do distrito de Inhassoro, ouvir do Governo aquelas que foram as realizações do executivo durante o ano de 2022. A sociedade civil realizou um trabalho de verificação dos no terreno, onde para o efeito visitou infraestruturas publicas implantadas pelo governo, interagiu com os funcionários públicos e utentes dos diversos serviços para avaliar não só a qualidade das infraestruturas mas também a qualidade dos serviços providenciados nas mesmas a população local. A visita efectuada no terreno colheu evidências que permitiu que a sociedade civil elaborasse um posicionamento que veio a ser apresentado na reunião do Observatório de Desenvolvimento.

O projecto realizou em parceria com o FOSCI um acampamento de reflexão sobre os mecanismos de mitigação e mediação de conflito e empoderamento das OCBs, no qual discutiram-se vários temas relacionados com conflitos.

Ainda neste período o projecto capacitou os repórteres das rádios comunitárias de Inhassoro e Govuro em matéria sobre a industria Extractiva, com o destaque a lei de petróleo, acordos de desenvolvimento local e a circular nr 1 MPD/MF/2013. Apos o treinamento, a ACOORD estabeleceu um memorando de entendimento, segundo o qual as rádios comunitárias dos dois distritos, produziram spots publicitários com conteúdos sobre a indústria Extractiva e que

estão sendo divulgados para o consumo das comunidades e a sociedade no geral.

Nas cinco actividades, participaram organizações da sociedade civil, representantes das comunidades locais, líderes comunitários, membros de governo local e algumas entidades convidadas vindas da província em um número de 352 participantes dos quais 156 homens.

3. ACTIVIDADES PLANIFICADAS PARA O PERÍODO

Para os seis meses em referência, estavam planificadas seguintes actividades:

- a) Apoiar os membros da Assembleia Provincial de Inhambane a realizar uma visita de monitoria dos projectos de gás nos distritos, facilitando uma interação entre os membros com os governos locais, comunidades locais e Sasol;
- b) Apoiar o Governo local de Inhassoro a realizar o primeiro Observatório de Desenvolvimento do distrito.
- c) Capacitar as rádios comunitárias de Inhassoro e Govuro em matéria de Indústria Extractiva;
- d) Apoiar a mídia local a produzir e divulgar spots publicitários sobre leis atinentes a exploração de petróleo e gás;
- e) Promover e apoiar a realização de debates radiofónicos sobre a indústria Extractiva.

4. ACTIVIDADES PLANIFICADAS E REALIZADAS

- a) **Apoiar os membros da Assembleia Provincial de Inhambane a realizar uma visita de monitoria dos projectos de gás nos distritos, facilitando uma interação entre os membros com os governos locais, comunidades locais e Sasol**

A visita envolveu 15 elementos da Assembleia Provincial de Inhambane, dos quais membros e secretariado. Os membros envolvidos representavam as bancadas da FRELIMO, RENAMO E MDM. Para além do secretariado e membros da Assembleia Provincial de Inhambane-API-, esteve envolvido 1 técnico do Governo de Inhassoro e três técnicos da ACOORD. Foram no total 19 participantes nesta actividade, dos quais 7 mulheres e 12 homens.

A visita foi realizada nos distritos de Inhassoro e Govuro, onde realizaram-se encontros com varias actores, desde os Governos Locais, Organizações da Sociedade Civil, Líderes comunitários e membros das comunidades.

Coube ao projecto cobrir com todas as despesas para a visita, desde as ajudas de custo e a deslocação dos membros da API aos Distritos.

Encontro com os Governos dos distritos

Antes dos membros da API deslocarem-se para as comunidades, foi necessario que os mesmos tivessem reuniões de cortezia com as autoridades

dos distritos, primeiro para se apresentarem, e depois colherem destes alguma informação sobre o sector da Industria Extrativa nos seus distritos.

Os membros da API foram recebidos nos dias 30/11 e 01/12, a equipe foi recebida pelos excelentissimos senhores administradores em Inhassoro e Govuro respectivamente.

Nos encontros, os Administradores fizeram uma radiografia sobre a situação da indústria extrativa para os anos de 2021 e 2022, onde falaram sobre a implementação do ADL e outros projetos de responsabilidade social, assim como dos projectos dos 2,75%.

Referiram que desde 2019 que foram assinados Acordos de Desenvolvimento Local-ADL entre a Sasol, comunidades locais e Governos dos distritos, e que a sua implementação efectiva iniciou em 2020. Lamentaram o facto de que até ao momento, maior parte das acções previstas no acordo ainda estão longe de se materializar.

Até ao preciso memonte é notorio várias acções no sector de construção e reparação de fontes e sistemas de abastecimento de água, porém na componente de empoderamento económico apenas estão na fase de capacitação dos futuros beneficiários, em materias de empreendedorismo, culinária, criação de frangos de corte e poedeiras, assim como a identificação de outras áreas em que poderão ser financiadas.

As acções no âmbito do ADL tem vido a ser desenvolvidas pela SNV e GIZ, na qualidade de parceiros especializados contratados pela SASOL para o efeito.

Falaram sobre a existência de um Comité de parceria em cada distrito, que reúne três a quatro vezes ao ano, e que fazem parte dele representantes da Sasol, Comunidades Locais, Governo e a Sociedade Civil aparece como convidada.

O governo mostrou-se não muito satisfeita pelo ritmo lento que está sendo implementado do ADL, alegando que estamos no terceiro ano, mas ainda faltam muitas acções por serem realizadas. Lamentaram bastante por até ao momento não estar a se fazer quase nada no que diz respeito o ordenamento territorial, que também foi prometido que se fizesse nas comunidade de Mangungumete, Pande e na Vila de Nova Mambone.

Para além dos fundos do ADL, a SASOL tem tido outros fudos que implementa outras acções de responsabilidade Social, e que com o mesmo fundo construiu o Centro de Formação Profissional de Mbaula e Inhassoro, que irá ministrar cursos profissionalizantes como o de electricidade, mecânica. Referiram que esta acção foi uma das que mais orgulha aos distritos e que vai trazer muita valia naquilo que e a formação dos jovens para acederem as vagas de emprego que tem vindo a ser disponibilizadas pela Sasol e suas contratadas.

Encontro com Sociedade Civil

Os membros da Assembleia Provincial de Inhambane, tiveram um encontro com representantes de organizações da Sociedade Civil de Inhassoro, para mais uma vez ouvir destes o seu sentimento em relação a exploração do gás de Temane e os benefícios que este tem trazido para a comunidade e o distrito no geral. Participaram deste encontro 38 pessoas das quais 15 membros da API, 19 representantes das OSC, 3 técnicos da ACOORD e 1 técnico do Governo local. Deste numero tivemos a participação de 17 mulheres.

Após a introdução da comitiva, a API falou sobre os objectivos do encontro, que era necessariamente perceber o seguinte:

- Como é que a Sociedade Civil tem participado na gestão do Gás?
- Como avaliam a implementação dos projectos no ambito dos 2,75% e do ADL?
- Como avaliam a participação das comunidades locais na definição dos projectos a serem executados pelos 2,75% e pelo fundo do ADL?
- Como tem sido a relação com o Governo e a Sasol na gestão dos recursos provenientes do gás?

A sociedade civil respondendo as questões colocadas, deu a entender que são visíveis alguns resultados em termos de projectos implementados no ambito dos recursos de gás a nível das comunidades. Alguma coisa esta sendo feita, mas que tem que se fazer muito mais, para satisfazer as necessidades e expectativas das comunidades locais.

No passado a sociedade civil e as comunidades apenas viam as coisas a acontecer sem antes terem sido consultadas, mas hoje em dia desde que foi assinado o ADL, os projectos são no minimo discutido no Comité de Parceria antes da sua implementação. Os projectos dos 2,75% implementados pelo governo também são discutidos com antecedencia, porém o maior problema é a qualidade da discussão, tendo em conta que a participação da comunidade e da sociedade civil nos fórum de consulta e tomada de decisões é fraca, avaliando pelas pessoas la presentes a representar as comunidades.

A sociedade civil agradece o facto de se envidar esforços para que ela participe no comité de parceria, órgão que delibera sobre o ADL, mas lamenta o facto de não ser membro, pois participa apenas como convidado, que não lhe confere poder de voto. Outro facto lamentavel é de que as reuniões entre a SASOL com a Sociedade Civil tem sido a parte, isto é, elas so acontecem depois de se realizar o encontro entre a SASOL, Governo e Comunidades locais. Mais tarde é que se realiza outro encontro apenas com a sociedade civil.

A sociedade civil nota melhorias no envolvimento de outros actores na gestão do ADL, pois nos primeiros dois anos esta tarefa era simplesmente para a Sasol, Comunidades locais e Governo local. Nos dias de hoje a nota-se o envolvimento da Sociedade Civil, e outras ONG locais.

A Sociedade Civil local também lamenta o facto de que já passam três anos de implementação do ADL, mas a maior parte das acções em curso estão

relacionadas com infraestruturas de abastecimento de água. Pouco está sendo feito para garantir o empoderamento económico das comunidades locais, e nada até ao momento foi feito para garantir o conteúdo comunitário, segundo plasmado no acordo.

A sociedade civil recomenda aos representantes do Povo, para que trabalhe mais para influenciar ao Governo da Província e do Distrito para que precionem a Sasol a fazer uma gestão responsável, transparente e inclusiva dos fundos do ADL. Só assim é que trará efectivamente mudanças significativas na vida das comunidades locais, a semelhança do que acontece Secunda na Africa do Sul.

Encontro com Líderes comunitários e Chefe da Localidade

Os membros da API na sua deslocação ao distrito de Govuro, não só se reuniram com o governo do distrito mas também com os Líderes Comunitários e o chefe da localidade de Pande. Participaram do encontro 33 pessoas das quais 15 membros da API, 14 líderes, 1 chefe da Localidade de Pande e 3 técnicos da ACOORD.

As questões colocadas pelos membros da API aos líderes foram:

- Como avaliam os 18 anos de exploração de gás natural pela Sasol?
- Quais são os ganhos que a localidade de Pande alcançou com a exploração do gás?
- Como tem sido envolvidos na gestão dos recursos financeiros trazidos pela exploração do gás?
- Como tem sido a relação entre a SASOL, as Comunidades e o Governo Local?

Em forma de resposta, os líderes comunitários de Pande , fazem uma avaliação negativa sobre aquilo que é a prestação da Sasol e os ganhos que a localidade tem logrado com a exploração do gás em Pande. Referiram, que alguma coisa foi feita, tal como a reabilitação do Centro de Saúde, compra de ambulância, construção da morgue, reabilitação de algumas salas de aula, construção e reabilitação de fontes de abastecimento de água, construção do mercado local em Pande.

Embora terem sido realizados os referidos projectos, os líderes consideraram que os feitos estão longe das expectativas que foram criadas diante das comunidades, e ficam mais desapontados quando se apercebem de que o distrito de Vilankulo que não tem nenhum furo de gás tem estado a se beneficiar de infraestruturas de grande relevo, como o caso do Complexo Residencial de Nhamacunda, o Estádio Municipal de futebol, o Campo de futebol de praia e mais. Também se apercebem de que a terminal de gás em Secunda na vizinha Africa do Sul, criou uma vila muito bem apetrechada, que os distritos de Govuro e Inhassoro os hospedeiros dos furos de gás não tem.

Em suma eles notam que há desenvolvimento em locais onde não há gás em detrimento dos que produzem o mesmo.

Os líderes alegam que a participação da comunidade no comité de parceria é muito fraca, primeiro porque os representantes das comunidades que lá estão, não se expressam como devia ser, e segundo porque a Sasol obriga a que a língua a se usar no comité de parceria seja o português, e que não é de domínio da comunidade.

Alegam que a Sasol não cria espaço para que haja um debate franco sobre o projecto, e impõe para que seja aprovados aqueles que lhes interessa, sob olhar impavido do Governo local.

Passando 3 anos após a assinatura do ADL, ainda não é visível o impacto dele na vida das comunidades locais, pois a maior parte dos investimentos feitos foram para a área de abastecimento de água. A comunidade está muito expectante em ver os projectos e empoderamento económico financiados assim como ver o projecto de ordenamento territorial de Panda sede em anadamento, porém, pouco está sendo feito nesse sentido, e simplesmente vem acompanhando a mais de 1 ano que jovens estão sendo capacitados sobre empreendedorismo e outras matérias.

As comunidades reclamam sobre as compensações, porque as tubagens de gás afectaram alguns campos de cultivo e residências de algumas famílias, mas até ao presente momento as mesmas ainda não foram indemnizadas pelo facto.

No passado o Governo local não era muito comunicativo com as comunidades na determinação dos projectos a serem realizados com o fundo dos 2,75%, mas hoje em dia nota-se melhoria, pelo que agradecem e apelam mais melhorias.

Para terminar os líderes apelaram aos membros da API a fazer o que estiver ao seu alcance para influenciar a mudança destes cenários, pois as comunidades estão a ficar impacientes e mostram indícios de se reivindicar.

Visita ao Reassentamento de Mangungumete

Os membros da API também tiveram a oportunidade de visitar o reassentamento de Mangungumante. Nesta visita foram ao Bairro Joaquim Marra, visitaram algumas famílias nas casas de reassentamento provisório.

Os membros da API visitaram e interagiram com algumas famílias reassentadas de forma definitiva no Bairro Joaquim Marra. Ficaram maravilhados com o que puderam ver no bairro, em comparação ao reassentamento realizado no passado, desde as condições condignas que as casas oferecem e o tratamento que as famílias tiveram quando foram transferidas para aquele local.

Puderam ver apenas três casas actualmente construídas naquele bairro, onde constataram que as mesmas possuem um padrão aceitável no contexto nacional. Notaram que cada casa tem 3 quartos, uma cozinha interna, uma cozinha externa, uma casa de banho interna e outra externa, uma sala de estar, água canalizada e corrente eléctrica instalada.

Em conversa com os proprietários das casas, puderam notar que elas estão muito satisfeitas com as casas e com as condições que lhes foram proporcionados ao serem reassentadas. As famílias foram indenizadas pelas plantas e machambas que perderam, e por terem sido transferidas para aquele novo bairro.

Ao visitar as famílias reassentadas de forma provisória, não ficaram satisfeitas ao ver o modelo de casas construídas (Casas de chapas, vulgo Mukuku). Ficaram mais preocupadas pelo sistema de reassentamento provisório que está sendo usado, pois foi a primeira experiência que eles viveram e que não está prevista na legislação.

Ficaram satisfeitos em saber que existe um acordo assinado pelas famílias e a Sasol quanto ao reassentamento, onde nele está claro sobre os valores monetários a serem pagos, e o tempo previsto para o reassentamento provisório. Ficaram também satisfeitos em saber que grande parte das indenizações previstas estão sendo pagas às famílias afetadas, mas ficarão atentas para ver se o prazo previsto de 8 (oito) meses será realmente cumprido, tendo em conta que passam mais de quatro meses e até ao momento ainda não iniciaram as obras de construção das casas.

Encontro com membros do Comité de Desenvolvimento Comunitário de Maimelane

Reuniram também com os membros da comunidade, representados pelo Comité de Desenvolvimento Comunitário de Maimelane-CDCM. No encontro participaram 34 pessoas dentre elas 15 membros da API, 15 membros do CDCM, 3 técnicos da ACOORD e 1 técnico do Governo. No total estavam presentes no encontro 18 mulheres.

A semelhança de outros encontros realizados, este também foi liderado pela API, onde o seu representante em primeiro lugar apresentou a sua equipe e os objetivos do encontro. Para abrir o debate, ele colocou diversas questões aos membros da comunidade nomeadamente:

- Como e que avaliam os benefícios que a exploração de gás natural tem estado a trazer para a comunidade?
- Como é a relação entre a comunidade local e a Sasol; e como é a relação entre a mesma e o Governo local?
- Quais são os principais desafios que a comunidade enfrenta perante a exploração de gás de Temane?

Várias intervenções foram feitas pela comunidade para mostrar a sua insatisfação pelo desempenho da Sasol, pois na sua opinião passados cerca de 18 anos de exploração de gás de Temane, era suposto as comunidades locais não estarem a clamar por serviços básicos como água potável, electricidade e segurança alimentar.

Segundo os membros da comunidade, não se nota uma grande diferença entre as comunidades que acomodam o projecto de gás e as que não.

Embora haver muita coisa que não corre bem, é salientaram que houve alguma melhoria principalmente na provisão de água, mesmo que ela seja salobre, contratação de mão de obra local também melhorou com a reestruturação da comissão de emprego.

Também mostraram-se satisfeitos com a integração de membros da comunidade eleitos pela comunidade no comité de parceria, o que na sua opinião significa que aquilo que são as preocupações e prioridades das comunidades locais irão por meio destas pessoas chegarem a quem é de direito.

Quanto ao ADL, a comunidade diz não estar a notar muita diferença, pois a maior parte dos investimentos que estão sendo feito, são apenas na componente de abastecimento de água. A comunidade clama por desenvolver actividades que lhe permita gerar renda, e com a mesma poderem satisfazer aquilo que são as suas necessidades alimentares e não só. Sabem de que o ADL preve o empoderamento económico e o conteúdo comunitário, mas até ao momento não tem se visto nada em relação a estas componentes e apelam aos membros da API para fazer algo, porque apenas faltam 2 anos para terminar o prazo do acordo.

As comunidades agradecem a implementação dos projectos dos fundos de 2,75%, mas querem que o fundo não seja para financiar infraestruturas mas que seja realmente para as comunidades decidirem sobre as suas prioridades.

Os membros da comunidade fazem uma apreciação positiva sobre aquilo que tem sido a actual prestação do Governo local na gestão dos fundos dos 2,75%, embora prevalecem alguns pequenos problemas referentes a transparência a adjudicação dos projectos.

Visita aos projectos dos 2,75%

Os membros da API tiveram a oportunidade de visitar alguns projectos executados no âmbito dos 2,75%, na localidade de Maimelane. Visitaram 1 fruto de água aberto, um sistema de abastecimento de água instalado na comunidade de Mangungumete e o notário de Maimelane.

A avaliação feita foi positiva perante as obras visitadas, pois na opinião dos membros da API elas apresentaram uma qualidade aceitável. Outra avaliação positiva que fazem, é sobre o impacto que as mesmas tem estado a criar nas comunidades, pois vem suprimindo em grande medida as necessidades das comunidades em abastecimento de água para uso doméstico, assim como o notário tem estado a contribuir bastante no registo das crianças.

Reunião de balanço

Depois dos três dias de trabalho de campo, realizamos uma reunião de balanço nos escritórios da ACOORD, onde apenas esteve presente os membros da API, os técnicos da ACOORD e do Governo.

A avaliação da visita foi positiva, na medida em que foi possível visitar e reunir com quase todos actores previstos no programa, com excepção ao encontro com a SASOL e a visita do Centro de Formação Profissional de Mbaula.

Ao centro de formação profissional de Mbaula não foi possível efectuar a visita devido ao tempo que não , mas o encontro com a Sasol foi mesmo pela indisponibilidade da empresa.

Os membros da API mostraram-se impressionados com algumas realizações, como o fornecimento de água nas comunidades, a construção do centro de formação profissional; o reassentamento condigo; a contratação de mão de obra local; envolvimento da sociedade civil no comité de parceria; revitalização do comité de parceria e da comissão de emprego etc. Não obstante a estas realizações, também mostraram-se preocupados com ocorrência de alguns factos, como o reassentamento provisório, o atraso na implementação do ADL sobretudo nas acções de empoderamento económico.

Diante do que foi encontrado no terreno, principalmente os aspectos negativos, os membros da API ficaram sensibilizados com a situação, e prometeram evitar esforços para que dentro das suas possibilidades e competências, poderão contactar diversas instituições para obter esclarecimentos e possível mudanças positivas.

Conclusões

A visita dos membros da API, permitiu-lhes ter a real fotografia sobre a exploração de gas natural na província de Inhambane, no que tange as condições que as comunidades locais estão sujeitas. Os membros da API concluíram que o gás natural naquela parcela da província trouxe alguns benefícios para as comunidades locais, porém ha muito por ser feito, se considerarmos o tempo em que o gás vem sendo explorado e se comparar com o nível de vida que a comunidade de Secunda na vizinha África do Sul está vivendo.

Existem violações de direitos das comunidades locais, principalmente quando se fala das compensações justas na componente do reassentamento.

Concluiu-se também que as comunidades locais não estão muito satisfeitas com o que foi alcançado até ao momento, pois as expectativas criadas foram tão altas do que a realidade actual

Existe um esforço notável da SASOL e do Governo local em melhorar a situação da gestão de recursos vindos do gás, ao avaliar peço envolvimento da sociedade civil e das comunidades locais no comité de parceria e no grupo de trabalho para o emprego, organismos que gerem a implementação do ADL e contratação de mão de obra local respectivamente, mas é preciso que a sociedade civil local acompanhe e monitore o processo.

b) Apoiar o Governo local de Inhassoro a realizar o primeiro Observatório de Desenvolvimento do distrito

A 15 de Dezembro de 2022, realizou-se o Observatório de Desenvolvimento de Inhassoro, dirigido pelo Governo Local encabeçado pela Excelentíssima Senhora Administradora do Distrito de Inhassoro, com o apoio da ACOORD e do Secretariado do FOSCI.

Participaram do encontro 106 pessoas dentre elas 22 mulheres. E estiveram presentes no encontro representantes de Organizações da Sociedade Civil de Inhassoro, ONGs que trabalham no distrito, representantes das comunidades locais, líderes comunitários e religiosos, agentes económicos e investidores locais, chefe das localidades, postos administrativos, o Governo do distrito de Inhassoro, e representante da Direcção Provincial de Plano e Finanças.

A reunião do observatório de desenvolvimento foi antecedida não só pelas reuniões preparatórias com o Governo local, mas também por um trabalho de campo liderado pela Sociedade Civil de Inhassoro. O trabalho de campo caracterizou-se pela visita de infraestruturas instituições públicas para aferir a qualidade delas e dos serviços neles prestados.

Neste contexto, foram visitados:

- ☐ Centro de Saúde de Mangungumete;
- ☐ Posto de Saúde de Macovane;
- ☐ Centro de Saúde Inhassoro Sede;
- ☐ Centro de Saúde de Temane
- ☐ Famílias no reassentamento provisório e definitivo;
- ☐ Fontes e sistema de abastecimento de água;
- ☐ Mercado de Peixe da Vila Sede de Inhassoro;

Após as visitas de colheita de evidências, foi produzido um posicionamento, com constatações, recomendações e acções de seguimento. Este documento foi apresentado na reunião do observatório, como um posicionamento da sociedade civil de Inhassoro

Apresentação do posicionamento da sociedade civil

Durante o trabalho de campo, foram visitadas infraestruturas sanitárias, de água e saneamento, habitações no âmbito do reassentamento e o mercado de peixe. Durante as visitas foi se aferindo a qualidade das obras, o estado actual das infraestruturas e a qualidade dos serviços nelas prestados, através de interação com funcionários, utentes, beneficiários das fontes e água e das casas. Foram captadas imagens para que servissem de evidências do que foi visualizado.

Constatações feitas indicam ser crítico o sector de Saúde. Todas as unidades sanitárias do distrito apresentaram problemas similares, dos quais destacaram-se os seguintes:

- ☐ Água sem pressão, causada pela avaria da bomba;
- ☐ O tecto da enfermaria danificado;

- ☐ Portas e janelas sem redes de proteção de mosquitos;
- ☐ Casa mãe espera sem condições de habitação;
- ☐ Falta de partogramas na unidade sanitária (estes problemas constatamos em todas as unidades sanitárias do distrito, visto que é um problema a nível provincial);
- ☐ Falta de redes mosquiteiras e lençóis em condições precárias;
- ☐ Falta de transporte para brigadas móveis;
- ☐ Falta de clareza no pagamento de subsídios de turnos (com a entrada em vigor da Tabela Salarial Única);
- ☐ Falta de uniformes (usam batas da formação);
- ☐ A farmácia regista boa resposta de receita;
- ☐ Morosidades no atendimento, principalmente no Tratamento Anti Retro Viral;
- ☐ Os técnicos passam maior parte do tempo ao celular, nas horas normais de trabalho.

Visitou-se algumas casas de reassentamento provisório em Mangungumete. Conversou-se com as famílias reassentadas naquelas condições. Soubemos de uma família entrevistada que estão a 4 meses naquelas condições, aguardando uma casa definitiva. Segundo a família faltam mais 4 meses, uma vez que a promessa foi de 8 meses para a recessão da nova casa.

Segundo aquela mãe disse-nos que tem 2 filhos crescidos com quem partilhava o mesmo quarto, recordou que na casa anterior os 2 filhos tinham suas palhotas, durante a conversa ela revelou que o rapaz fez a sua palhota tendo ficado a menina maior de 18 anos que dorme no mesmo quarto, segundo ela tudo está bem apenas essa situação lhe aflige.

Também mostraram-se satisfeitas porque assinaram um contrato sobre o processo de reassentamento, onde nele constam todos os dados úteis sobre o processo de reassentamento e das indemnizações. No que refere as indemnizações, as famílias receberam valores que partem de 300 a 350 mil meticais por família, referentes às indemnizações como:

- ☐ Subsídio de infraestrutura auxiliares;
- ☐ Subsídio de perda de machamba;
- ☐ Subsídio de perda de árvores de fruta;
- ☐ Subsídio de mudança;
- ☐ Subsídio de distúrbios;
- ☐ Subsídio de cesta básica;
- ☐ Subsídio cultural.

Para as famílias no reassentamento provisório, o valor está sendo pago em prestações que serão de 4 fases. A primeira fase pagou-se quase que 80% do valor, e a última será paga na altura de mudança para a casa definitiva.

No que tange ao reassentamento definitivo, o valor das indemnizações já foi pago na totalidade, e as seis famílias beneficiárias receberam casas do tipo 3. São casa condignas, com 3 quartos, sala de visita, sala de estar, casa de banho interna e outra externa, cozinha interna e externa, água canalizada e com energia eléctrica fornecida a base de painéis solares. Conversando com as famílias beneficiárias, elas mostraram-se muito felizes com as novas casas.

A sociedade civil também apresentou aquilo que foi constatado na visita as infraestruturas de abastecimento de água. O sector de abastecimento de água no distrito de Inhassoro, esta saudável, pois a cobertura de abastecimento de água esta acima do 80%. Com efeito visitou-se o sistema de abastecimento de água, no povoado de Vulcanjane em curso, um projecto de grande relevância para a comunidade daquele povoado, a obra está bem avançada, e foi com muita satisfação que as OSC testemunharam isso.

Na vila sede do Distrito, o sistema de abastecimento de água recentemente inaugura pelo presidente da República de Moçambique, é um grande ganho para as comunidades, e um esforço enorme do governo do distrito, tendo reduzido a distância que a comunidade percorria na busca do precioso líquido.

Apresentou-se no posicionamento a situação do mercado de peixe, onde constatou-se que o interior do mesmo nota se o crescimento de árvores, capim, e, estando no centro da vila deixa um mau especto. O estado de abandono em que se encontra neste momento, as entradas estão bloqueados, e pode incubar malfeitores e ladrões, e até tornar - se balneatório público.

No que diz respeito a pavimentação das ruas da vila, verificou-se o início de obras do processo de reparação e pavimentação das principais ruas da Vila. E nesta fase, está-se trabalhando pavimentando 200 metros dos 800 metros previstos.

A sociedade civil apreciou com muito agrado este projecto, e embora na fase inicial há muitas expectativas de que ele venha a melhorar de forma significativa a imagem da vila de Inhassoro.

Diante das constatações levantadas no terreno, a sociedade civil deixou ao executivo local algumas sugestões para sua apreciação, nomeadamente:

- ☐ Reabilitar as unidades sanitárias (portas, janelas, cobertura, pintura etc) e adquirir equipamentos hospitalares que facilitem o trabalho do pessoal técnico;
- ☐ A separação dos serviços confidenciais dos outros, tais como assistência social e planeamento familiar;
- ☐ Reabilitação dos sistemas de abastecimento de água nas unidades sanitárias; reabilitação de balneários na unidade sanitária de Macovane que actualmente estão fechadas;

- Melhoramento no atendimento dos pacientes, pois eles permanecem muitas horas nas filas;
- Reabilitação do sistema eléctrico e aquisição de geradores para minimizar os cortes constantes de corrente da rede pública.
- Reforçar a disponibilidade de fármacos nas unidades sanitárias, pois apenas só se encontra com facilidade o paracetamol.
- No que diz respeito o reassentamento, a sociedade civil quer recordar ao Governo que faltam apenas 4 meses para terminar o prazo do reassentamento provisório, e ainda não foi iniciada a construção das cerca de 32 casas que as famílias esperam para o reassentamento definitivo. Neste contexto recomendamos ao governo que pressione a empresa para flexibilizar a construção das casas.
- Ao mercado de peixe, sugerimos que o governo faça a entrega da obra a comunidade porque está a ficar cada vez mais degradada.

Diante das constatações feitas e partilhadas com o governo no Observatório de Desenvolvimento, houve por parte do governo uma concordância e assunção dos factos apresentados e que são realmente problemas que existem.

Na pessoa da Excelentíssima Senhora Administradora do distrito, ela agradeceu a sociedade civil por ter trazido estes factos ao debate e apelou aos dirigentes dos sectores para aceitar as críticas e trabalhar em conjunto para melhorar a situação. Apelou aos mesmos para que não vissem a sociedade civil como inimiga do governo, mas sim como um actor muito importante no desenvolvimento do distrito.

Por parte dos dirigentes dos sectores, estes também assumiram as falhas constatadas e prometeram melhorar no futuro, porque é dever deles providenciar serviços de qualidade as populações do distrito.

No que concerne ao reassentamento, a excelentíssima lamentou o facto de até ao momento não terem iniciado as obras de construção das casas definitivas para as 32 famílias que se encontram no reassentamento provisórios. Lamentou igualmente a ausência da SASOL na reunião do observatório de desenvolvimento embora ter sido convidada. Para a excelentíssima seria oportuno que a Sasol pudesse dar alguma explicação sobre a situação.

O governo comprometeu-se em fazer seguimento ao caso, contactando a SASOL para melhor se explicar, e que numa próxima oportunidade irá partilhar com a sociedade civil.

Em relação ao mercado do peixe em estado de abandono, a excelentíssima prometeu que o governo irá analisar as propostas apresentadas pela sociedade civil e irá tomar a que achar melhor.

O governo local reuniu-se de emergência logo após a realização da reunião do observatório. Queremos acreditar que o objectivo da reunião foi para fazer o

balanço, e discutir com os titulares dos sectores que apresentaram problemas as soluções para os mesmos. Infelizmente foi uma reunião na qual a sociedade civil não foi convidada a participar, mas queremos acreditar que algumas orientações foram deixadas pela Excelentíssima aos titulares dos sectores problemáticos.

Apresentação do balanço do terceiro trimestre do PESOD 2022

O balanço foi apresentado pelo Secretário Permanente do distrito, o qual falou das principais realizações em cada sector.

Dentre várias acções reportadas importa-nos referir que a componente dos 2,75%, a que mais importou a ACOORD neste evento também foi apresentada. De acordo com as informações partilhadas, deram conta de que durante o ano foi realizado com este fundo os seguintes projectos:

- ☐ Reabilitado com sucesso a revisão geral do Pequeno Sistema de Abastecimento de água do Posto Policial de Mangungumente e a expansão do mesmo ate ao mercado local;
- ☐ Reabilitado com sucesso o sistema elétrico do Centro de Saúde de Temane, com recurso ao sistema fotovoltaico;
- ☐ Construídos 8 furos e equipados com bomba manual nos povoados de Vulcanjane, Cachane, Buxane, Matsanze zona A, EP1 e 2 de Nguenhane, Chimajane, Lichau/Munguebene.

A apresentação feita pela Secretaria Distrital de Inhassoro, para além de enumerar os projectos realizados, trouxe dados em termos de orçamento gasto para cada projecto e evidências apresentadas em forma de fotografias de cada projecto concluído.

De acordo com o orçamento apresentado no início do ano aquando da aprovação dos projectos, comparado com o que foi gasto, existe uma conformidade de dados, o que descarta a possibilidade de desvio de aplicação.

Os representantes das comunidades locais que participaram no evento, já tinham feito visita aos projectos a nível das suas comunidades com antecedência. Eles confirmaram a realização dos tais projectos pelos dados apresentados pelo Governo, e agradeceram ao executivo alegando que estão a contribuir no melhoramento das condições de vida das populações locais.

Em termos de qualidade das obras os mesmos não viram nada que lhes alarma embora precisarem de mais um tempo para aferir a mesma.

Apesar de se mostrarem satisfeitos com a realização, as comunidades locais e a sociedade civil local também manifestaram interesse em fazer parte da comissão que se encarrega pelo processo de contratação de empreiteiros para construção dos infraestruturas. A posição manifestada pela sociedade civil será

analisada pelo Governo local e mais a posterior poderá se pronunciar sobre o pedido.

As comunidades locais e a sociedade civil, ficaram satisfeitos com a informação prestada pelo governo, tanto que não houve muitos questionamentos muito menos recomendações. Simplesmente se fez um pedido que foi o de contemplar um representante da comunidade e da sociedade civil a comissão que se encarrega pela avaliação e apuramento dos empreiteiros concorrentes a prestação de serviços.

Reação do governo local

Logo após a reunião do Observatório do Desenvolvimento, o Governo local teve uma reunião de emergência, supostamente para analisar os dados partilhados pela sociedade civil através do posicionamento apresentado. São escassas informações da referida reunião, porém tomamos conhecimento que a mesma foi realizada na noite do mesmo dia, sobe presidência da Excelentíssima senhora Administradora do Distrito de Inhassoro.

Não esteve ninguém da comunidade ou da sociedade civil ao tal encontro, mas acreditamos que devidos as evidências que a sociedade civil partilhou, que não são positivas principalmente no sector de saúde, e sobre o mercado local, queremos acreditar que os representantes do sector foram dadas orientações claras para inverter a imagem do sector trazida pela sociedade civil local.

c) Capacitar as rádios comunitárias em material de indústria Extractiva

Realizamos em fevereiro de 2023 uma capacitacao a 8 reporteres das radios comunitarias de Inhassoro e Govuro. Para alem dos reporteres das radios comunitarias, participou tecnico do Governo de Govuro para testemunhar o evento, e os tres tecnios da ACOORD.

A capacitacao decorreu de 09 a 10 de Fevereiro de 2023, e teve como objectivo principal doptar aos repórteres das rádios comunitárias locais de Inhassoro e Govuro, para que estejam em melhores condições para produzir notícias programas com teor sobre o sector de exploração de gás de Pande e Temane.

De forma especifica o treinamento teve como objectivos de:

- ☐ Actualizar aos repórteres sobre algumas legislações atinentes a indústria extrativa;
- ☐ Actualizar aos repórteres sobre a existência de alguns acordos estabelecidos entre a Sasol, comunidades locais e o Governo Local, e abordar sobre os contornos dos mesmos;

- Discutir e alinhar alguns aspectos chave sobre a produção de programas radiofónicos, e spots publicitários sobre indústria extrativa;
- Produzir e discutir os memorandos de entendimentos entre ACOORD e as Rádios comunitárias.

A capacitação foi liderada pelos técnicos da ACOORD onde coube a cada um deles facilitar um tema.

Lei de petróleo ou 21/2014 de 18 de Agosto

A divulgação desta legislação foi o primeiro tema abordado durante o treinamento dos repórteres das rádios comunitárias. Foram selecionados alguns artigos sobre a lei, que achamos mais importantes para que os repórteres tivessem conhecimento e que na base deles poderiam desenvolver a actividade com algumas bases sobre ela. Portanto, falamos do artigo 7 (Justa indemnização); artigo 8 (conteúdo da justa indemnização); artigo 11 (desenvolvimento das comunidades); artigo 12 (força de trabalho da actividade petrolífera); artigo 13 (promoção do empresariado local); artigo 41 (aquisição de bens e serviços) artigo 42 (reassentamento); artigo 48 (desenvolvimento local); artigo 50 (iniciativa de transparência Extractiva).

Durante as apresentações sobre a lei, ficou evidente que o governo as empresas concessionárias tem muitos deveres sobre as comunidades e que infelizmente temos estado a viver muitos atropelos a mesma lei. Após a apresentação da lei, fez-se uma reflexão sobre a lei e situação real vivida pelas comunidades locais. A reflexão fez despoletar graves atropelos registados no passado principalmente sobre as consultas comunitárias, os reassentamentos, o emprego para os locais, conteúdo comunitário, até mesmo a gestão dos 2,75%. Apesar de vários atropelos, verificados no passado, actualmente nota-se um esforço de melhorar alguns aspectos.

Acordos de Desenvolvimento Local

Apresentou-se de forma sintética os ADL que foram assinados entre as comunidades locais, a Sasol e os Governos locais. Estes instrumentos visam regular a implementação investimento social nas comunidades pela Sasol.

Durante a apresentação, falamos sobre o conceito dos ADL; a finalidade e objectivos dos acordos; áreas de intervenção prioritárias, onde falamos do investimento social, oportunidades de emprego e oportunidades para fornecedores locais. Falamos sobre a governação dos ADL, onde salientamos a duração dos mesmos que é de 5 anos; a estrutura do ADL onde destacamos mais o comité de parceria; e o montante disponível que não supera os 10 milhões de dólares.

Na mesma apresentação fizemos uma reflexão sobre o conteúdo do acordo, na qual constatamos alguns aspectos que podem perigar o alcance dos resultados esperados. Dentre vários aspectos constatados, os mais preocupantes foi a falta de clareza sobre o montante a ser investido durante os cinco anos; a falta de clareza nos poderes do comité de parceria e equipe executiva; e por último a falta de clareza sobre a distribuição dos recursos disponíveis.

Circular nr 1 MPD/MF/2013

A circular em referência traz uma diretrizes sobre a alocação e gestão dos 2,75% destinados ao desenvolvimento das comunidades que acolhes os empreendimentos petrolíferos. O importante que se partilhou com os presentes são os projectos elegíveis nomeadamente (educação, saúde, água e saneamento, agricultura, silvicultura e estradas e pontes)

Analizou-se de forma crítica a circular, pois ela é de 2013 e que de lá para cá não houve uma atualização. Outro aspecto que mereceu análise, foi dos projectos elegíveis, que de certa forma incumbiu-se as comunidades a aplicar o valor em áreas que se entendem ser da responsabilidade do Governo, retirando desta forma o poder de as comunidades elegerem projectos que realmente possam responder as suas preocupações locais.

Discutir aspectos chaves sobre a produção de programas radiofónicos e spots publicitários

Neste capítulo, foi importante discutir com os repórteres das rádios comunitárias a necessidade de se produzir debates nas rádios em forma de balanço anual de aplicação dos 2,75% e da implementação dos ADL.

Foi importante referir que durante os debates temos que ter convidados como a SASOL, Governo e sociedade civil para juntos analisarem a implementação dos programas, e que deve ser realizado no fim de cada ano fiscal.

Discutimos também sobre as mensagens chave que devem ser produzidas em forma de spots publicitários e que devem ser passadas pelas rádios. As mesmas devem ter conteúdos sobre os 2,75% e sobre os ADL.

Em trabalhos de grupo, os repórteres exercitaram e produziram três spots que mais tarde dois foram melhorados e estão sendo actualmente difundidos pelas rádios. Os spots melhorados foram produzidos em duas línguas, sendo português e citswa. Na mesma ocasião discutimos com as rádios comunitárias o memorando de entendimento a ser celebrado entre as ACOORD e as rádios comunitárias. Aproveitando da presença das rádios comunitárias, debatemos sobre as cláusulas mais importantes do memorando e a respetiva responsabilização de cada acção no acordo.

O treinamento foi um sucesso na medida em que veio despertar aos fazedores de rádio nestes ditritos sobre a necessidade de acompanhar a par e passo o desenrolar da actividades inerentes a exploração de gás natural de Pande e Temane. Para as duas rádios, as matérias abordadas na capacitação foram novidade e a partir da capacitação, mostraram-se capazes de produzir notícias sobre o sector e reforçar a monitoria dos fundos seja do ADL e dos 2,75%.

d) Apoiar a Mídia local a produzir e divulgar spots publicitários sobre leis atinentes a exploração de petróleo e gás

Apos a capacitação seguiu-se o processo de elaboração e assinatura dos memorandos de entendimento com as rádios comunitárias. Na sequência, a ACOORD assinou um memorando com a Radio Save de Govuro e com ICS delegação de Inhambane em representação da Radio Comunitária de Inhassoro.

Os memorandos assinados descrevem de forma criteriosa as ações e responsabilidades das partes incluindo o valor a ser pago pela ACOORD para efetivação das actividades. Depois de assinados os memorandos, as rádios produziram dois spots publicitários, sendo um sobre os 2,75% e outro sobre o ADL. Para cada spot, foi produzido em duas línguas sendo português e Citswa.

Os spots estão neste momento a ser divulgados pelas rádios, e espera-se que sua inserção seja feita até ao mês de Julho de 2023.

e) Promover e apoiar a realização de debates radiofónicos sobre a Indústria Extractiva

Os debates radiofónicos serão realizados como uma forma de reforçar a monitoria dos fundos dos 2,75% e do ADL. Portanto, concordou-se que eles serão realizados no final do segundo semestre de 2023, para dar espaço para implementar os planos anuais previstos. Embora ter que serem realizados no final de ano, o projecto avançou com os pagamentos às rádios comunitárias inerentes a esta acção.

5. ACTIVIDADE REALIZADAS E NÃO PLANIFICADAS

Durante o período realizamos uma actividade que não estava prevista no plano da ACOORD, mas pela pertinência dela a ACOORD e o CIP chegaram ao consenso de que valia apenas apoiarmos o FOSCI para efectivar a actividade. Estamos a falar de um acampamento de reflexão sobre os mecanismos de mitigação e mediação de conflitos e empoderamento das Organizações comunitárias de base.

Foi uma iniciativa do secretariado do FOSCI, mas que teve um enquadramento no projecto *“Recursos naturais, resolução de conflitos e mediação local nas comunidades extractivas e afectadas por conflitos nas províncias de Cabo Delgado, Inhambane e Sofala em Moçambique”* abreviadamente designado **“projecto Conflict & Peace Building”**, razão que levou a que ACOORD e seus parceiros recebessem com agrado a iniciativa e, através dos fundos do projecto fosse financiado na totalidade.

Para se obter autorização e protecção por parte do Governo do distrito de Inhassoro, foi submetido ao Gabinete da Excelentíssima senhora Administradora do distrito, um documento de manifestação de interesse de realizar o evento, acompanhado de um pedido de permissão para o efeito. Depois de tida a consideração favorável por parte da Excelentíssima Senhora Administradora Distrital, seguiu-se com outros expedientes. Para o efeito foram feitos expedientes para os serviços Distritais de Educação para obter a autorização para o uso do recinto da Escola Primária de Mabime, aos Serviços Distritais de Saúde para se ter de plantão uma brigada de Saúde para atender a eventuais urgências de Saúde dos campistas, e ao Comando Distrital da Polícia da República de Moçambique para obter a protecção dos campistas pela força policial no local do evento.

Felizmente houve uma resposta satisfatória por parte de todos os sectores do Governo do distrito que submetemos os expedientes.

De seguida o Comando Distrital da Policia convocou ao FOSCI e ACOORD para participar em uma reunião com vista a se esclarecer algumas dúvidas que as Forças de Defesa e Segurança tinham em relação ao evento, e dar alguns detalhes importantes do evento em matéria de segurança. Na reunião preparatória com as Forças de Defesa e Segurança-FDS, estiveram presentes o Comandante Distrital da Policia, Director Distrital dos Serviços de Informação e Segurança do Estado-SISE, Comandante da Unidade de Intervenção Rápida-UIR, Chefe da Brigada da Policia de Transito- PT, Chefe das Operações, Chefe do Posto Policial de Mangungumete, Chefe das relações Públicas, Chefe da Secretaria do Comando Distrital. Do lado dos organizadores do evento, esteve o Coordenador do FOSCI, Oficial de Campo do FOSCI, Oficial de Programas da ACOORD e Oficial de campo da ACOORD.

Depois de explicado aos presentes com detalhes o propósito do evento e seus contornos, ficaram dissipadas as duvidas, porém, de seguida realizou-se uma visita conjunta ao local inicial para a realização do evento (Escola Primária de Mabime).

Após a visita, por questões de segurança e sem muitos detalhes, foi nos recomendado para que o evento não fosse realizado naquele local, tendo havido necessidade de se identificar rapidamente um outro local. O exercício de identificação de um outro local ditou que fosse realizado na comunidade de Mucocuene no espaço pertencente a uma instituição hoteleira chamada **Paradise View**.

Após a concertação de todos aspectos com as entidades governamentais, realizou-se o primeiro acampamento entre os dias 29 e 30 de Outubro de 2022, no recinto do **Paradise View** que contou com a participação de 112 membros representando organizações da sociedade civil de Inhassoro, (DESACRA, Teatro Bimbe, Lamulelane, AJUDECI, ACOORD, Associação Makwero, AJONARI, ANAI, CDCM, CDI, SACUIRO, RCI, CEDES, Comité de Gestão de Recursos Naturais de Chibo, Associação dos Escultores de Inhassoro, CDJ, OJM, Associação de Músicos de Inhassoro, AMOPI, Grupo Coral Voz Viva); do Governo Local (Secretário Permanente Distrital, Director do SISE, Director do SDAE, Medico Chefe, Comandante da Unidade de Intervenção Rápida); Governo da Localidade de Inhassoro Sede (Chefe da Localidade e Técnico da localidade), Lideres Comunitários de (Inhassoro Sede e Maimelane), Líderes religiosos; e convidados como a CTV, TIPS, FOPROI, ACUDES, SNV e GIZ.

A logística do evento, desde o transporte e alimentação, camisetas, dísticos e material didático foi garantido pelo projecto à todos os participantes.

As tendas e outros bens para acomodação dos campistas foram individuais, pois cada coube a cada campista trazer para o local a sua tenda, esteira ou colchão e roupa de cama. Houve alguns campistas que por alguma razão não puderam trazer seu kit para o acampamento, mas tivemos uma ajuda por parte

do Comando das Forças de Defesa e Segurança que emprestaram ao evento duas Tendas Gigantes com capacidade para albergar 30 pessoas em cada uma delas. Das referidas tendas uma foi alocada as campistas de sexo feminino e a outra para os campistas do sexo masculino.

Foram apresentados muitos temas tanto pela sociedade civil assim como pelo Governo local

Plano Estratégico do Distrito de Inhassoro (Prioridade, Realizações, Perspectivas, e Desafios)

O tema foi facilitado pela Secretaria distrital, na pessoa do Secretário Permanente distrital, o qual fez uma radiografia do que é o Plano Estratégico do Distrito de Inhassoro 2018- 2023. Durante a sua apresentação, fez menção de que o mesmo tem pilares como Turismo, Agricultura e Pecuária, Infraestruturas sociais, Saúde.

Embora com vários pilares, o pilar estratégico para o desenvolvimento económico do Distrito de Inhassoro, é o Turismo.

Durante a apresentação, fez menção de que o Plano Estratégico estava a quase 75% da sua implementação e com maiores investimentos feitos nos sectores de infraestruturas sociais, e menos investimento no sector de agricultura.

Os debates foram abertos, e na sequência, um dos participantes mostrou-se preocupado pelo facto de não ter se investido muito na agricultura, tendo em conta que consta na nossa constituição como a base para o desenvolvimento do País.

Outra preocupação dos participantes teve a ver com a ferramenta de monitoria que o Governo tem usado para medir o nível de alcance dos objectivos e resultados do plano. Foi explicado que ainda constitui um desafio para o Governo, pois um exercício eficiente de monitoria também acarreta custos, e que o Governo Local não os tem disponíveis para o efeito. Mesmo assim o Governo local, tomou nota sobre este aspecto e promete melhorar no futuro.

Como mater uma comunicação saudável entre a Sociedade Civil e o Governo Local

Este tema foi apresentado pelo secretariado do FOSCI, e teve como objectivo principal de encontrar mecanismos saudáveis de comunicação entre as partes, por forma a evitar mal-entendidos, ruídos na comunicação que podem originar e possíveis conflitos.

Nesta apresentação, a sociedade civil reclamou a necessidade de fazer parte dos principais fóruns de consulta e tomada de decisão, como o caso dos **conselhos consultivos, o comité de parceria** e outros momentos importantes que o governo preconiza para se comunicar com a sociedade de Inhassoro.

Aberto o debate convista a encontrar melhor soluções, a sociedade civil pediu ao Governo que abrisse mais espaços para que as OSC possam estar bem representadas nos fóruns de tomada de decisão e recomendou ao governo que os convites para as Organizações da Sociedade civil participar nos eventos, fossem direcionados ao Secretariado do FOSCI, na qualidade da entidade que representa todas as OSC do distrito. Caberá a esta entidade comunicar aos seus membros e indicar as organizações ou pessoas que poderão participar do evento em causa.

O Governo apoiou a iniciativa, e apela para que as OSC também sejam comunicativas com o Governo, e apela a partilha de relatórios e planos pelo menos uma vez ao ano. Apela também que antes de escrever ou publicar algo que lhes inquieta, tenham que aproximar ao governo para obter mais esclarecimentos sobre o facto.

Participação comunitária e das OCBs nos principais fóruns de consulta e tomada de decisão, como mecanismos para a redução dos conflitos

O debate foi facilitado pela ACOORD, onde o Director Executivo começou por enaltecer a necessidade de existência de ideias contraditórias como uma ferramenta importante para promover debates, construir consensos e promover o desenvolvimento sócioeconómico das sociedades.

Ainda na sua apresentação, ilucidou aos presentes que o Estado, aprovou a Lei dos Órgãos Locais do Estado, como uma forma de descentralizar o poder e a Governação do País. Ao nível mais baixo, encontrar os Fóruns locais, depois os Conselhos Consultivos a vários níveis como os principais espaços para que a comunidade possa participar no processo de consulta e tomada de decisão, na definição de prioridades para o desenvolvimento da sua Comunidade, Localidade, Posto Administrativo e até ao Distrito.

Refeiru-se na apresentação que é necessário que o Governo seja acolhedor de ideias das comunidades a partir destes órgãos, permitindo a participação neles as pessoas legítimas, isto é, que as organizações comunitárias de base sejam elas responsáveis em eleger as pessoas que possam melhor lhes representar nos órgãos, e não, outras pessoas a indicar elementos para representar as OCB nos órgãos.

No debate havido, conclui-se que a participação necessária, poderá evitar ou mitigar os conflitos sobretudo os violentos, na medida em que as comunidades locais terão espaços e a oportunidade de se expressar perante os governantes, e o Governo conhecerá as reais aspirações das comunidades e trabalhará para melhorar durante a sua governação.

O Debate deu a entender que é importante dar oportunidade de as pessoas falarem, do que o contrário ou intimidá-las, pois, o silêncio de pessoas pode em algum momento ser mais perigoso.

Ainda no debate, apelou-se ao Governo para que aceite a necessidade de revitaliar os Conselhos Consultivos, como forma de incluir outros actores importantes na definição de prioridades de desenvolvimento socioeconómico do distrito. O governo representados pelo Secretario Permanente e os os demais directore dos serviços la presentes concordaram com a necessidade e mostram-se abertos para acolher o apoio da ACOORD na revitaliação dos conselhos consultivos.

Lei de terra e gestão de conflitos ligados ao DUAT

O tema foi apresentado pelo representante da ACUDES em substituição da CTV.

O debate em torno desta tema, visava alertar aos presentes sobre o processo de revisão da Lei de Terra em curso no País, levada a cabo pelo Governo e as Organizações da Sociedade Civil, e que toda a sociedade é chamada a contribuir para que a futura lei a ser aprovada seja o mais justo possível.

O apresentador, fez referência a duas cláusulas polémicas constantes do draft produzido, onde de forma geral fala-se da possibilidade de hipotecar a terra perante instituições bancárias, a outra fala da possibilidade de os cidadãos poderão negociar a terra com quem quer que seja sem a intervenção do Estado.

Estas duas cláusulas criaram preocupação aos campistas, pois endenderam os campistas que com a aprovação da nova lei nos moldes que está no draft, abre-se um precedente que contrasta com a **Constituição da República de Moçambique** que diz que a **Terra é propriedade do Estado**. Nestes termos estaríamos a abrir precedentes para que os que detem informações privilegiadas sobre o cadastro mineiro, possam requerer milhares de hectares de terra ao seu favor para futuramente vende-las a cidadãos nacionais e estrangeiros, prejudicando as comunidades locais e o Estado no seu todo.

A Lei assim como está prevista no Draft, caso seja aprovada poderá ser uma potencial fonte de conflitos, por isso todos os campistas apelam a quem é de direito para que ela não seja aprovada nos moldes em que está.

Ainda neste tema, o grupo teatral Bimbe fez uma apresentação de uma peça teatral que retratava de conflitos existentes no transpasse e aquisição de terras para varios fins. Foi uma boa forma didáctica de abordar o tema sobre conflitos de terra. Deu para perceber que há uma consciência entre os campistas de que existem muitos conflitos decorrentes da gestão de terras e que na maioria dos casos ocorem sob olhar impavido das autoridades governamentais, comunitarias e mais. Apela-se a que o Governo adopte uma postura mais acertada na gestão desses casos, como forma de prevenir conflitos futuros.

Papel da sociedade civil na monitoria da governação local

A ACUDES em representação ao FOPROI fez a apresentação do tema, como forma de sensibilizar ao Governo para colaborar cada vez mais com as OSC locais na monitoria da Governação Local.

Foi preciso frisar que existe uma lei que cria as Associações em Moçambique, e que elas tem espaço para monitorar a acção governativa. ***É preciso entender que a Sociedade Civil não está a se meter onde não deveria***, estas foram palavras do apresentador. A sociedade civil tem um papel fundamental em todos estados de direito democraticos do mundo, e por sinal o nosso estado também adoptou este modelo de governação.

Foi necessário durante os debates dar entender que tanto o Governo assim como as OSC estão do mesmo lado, isto é, todas lutam para o bem estar social e economico da população moçambicana. Portanto, mais uma vez se apelou ao governo para que respeite as leis, sobre tudo as de acesso a informação, para que a sociedade civil possa emitir a sua opinião no que tange a gestão da coisa pública, garantido a integridade dos Funcionários e Agentes do Estado. Apelo-se durante os debates que é preciso que a Sociedade Civil seja chamada a participar nos fóruns onde o Governo pretende partilhar informações sobre o seu desempenho, mas que também aceite os convites da Sociedade Civil para participar em eventos onde o Governo é chamado a partilhar alguma informação sobre o seu desempenho.

Houve unanimidade por parte de todos campistas incluindo os representantes do Governo, que existe a necessidade de melhorar o entendimento do papel da Sociedade Civil para o bem do distrito de Inhassoro.

Conflitos: Principais causas e mecanismos mitigação e mediação

O tema sobre conflitos foi tido como o principal do acampamento. Embora ter sido abordado nas outras apresentacoes feitas por outros convidados, nesta apresentacao, a perspectiva foi de aborda-lo com maior profundesa, pois ele foi a razão da implementação do projecto Peace Bulding, e em particular do acampamento.

Inicialmente estava previsto que fosse facilitado pela Justa Paz, como uma Organização com larga experiência em abordar aspectos sobre conflitos, mas por alguma razão não tivemos presente representante um representante desta instituição no acampamento. No seu lugar convidamos a TIPS, a qual enviou o seu ponto focal provincial de Inhambane.

Na sua apresentação fez menção como uma das principais causas de conflitos sobretudo na exploração de recursos naturais, é a falta de transparência por parte de quem é de direito na gestão das principais fases dos projectos de exploração de recursos. Ela acontece desde a elaboração e assinatura dos contratos de concessão com as empresas, a colecta e canalização dos impostos e outros beneficios advidos da exploração de recursos, assim como o

pouco envolvimento das comunidades locais na definição das suas prioridades de desenvolvimento na base dos recursos colectados.

Lamentou informando que muitas das fases do projecto de gás de Pande e Temane já foram ultrapassadas e pouco pode se fazer para reverter o cenário, mas o Governo tem que melhorar a questão da **transparência na colecta, alocação e gestão dos impostos provenientes desta actividade, melhorar o envolvimento das comunidades locais na definição de prioridades para se aplicar os recursos provenientes da exploração do Gás, e também trabalhar constantemente com a empresa Sasol para que melhore o seu desempenho, respeitando as demais leis e regulamentos atinentes a exploração de Gás**. Neste aspecto referenciou-se muito a questão da responsabilidade Social, observância rigorosa do reassentamento condigno.

A semelhança de como o Governo deve envolver a comunidade local, a Sasol também deve seguir o mesmo exemplo envolvendo bem as comunidades locais nestes processos.

Mais uma vez nesta apresentação também foi vincada a necessidade de termos as comunidades e a sociedade Civil local muito bem representadas nos principais fóruns de consulta e tomada de decisão (**Fóruns locais, Conselhos consultivos, Fóruns de emprego, Comité de parceria do ADL, Fórum de distrital de monitoria de desenvolvimento, e muitos outros espaços que existentes ou que pretender se criar**).

Na última estância pretendia-se dizer que a forma de evitar conflitos é fazer sentir um impacto socioeconómico positivo da exploração do gás natural na vida das comunidades locais.

Processo de planificação distrital e projectos implementados no âmbito dos 2,75%

A apresentação foi de carácter informativa, e não suscitou muitos debates pois a Secretaria Distrital de Inhassoro já veio ao público por inúmeras vezes falar sobre este assunto. Foi uma apresentação feita pelo Secretário Permanente Distrital.

Durante a sua apresentação falou do processo de planificação anual que inicia pela consulta aos fóruns locais, depois passa para os conselhos consultivos das Localidades, mais tarde ao Postos Administrativos e por fim ao Conselho Consultivo do Distrito.

As prioridades são definidas a partir da base e em função da disponibilidade dos recursos elas são filtradas a medida que se sobe até ao posto Administrativo. O Conselho Consultivo do Distrito, faz a apreciação final e sua aprovação, de acordo com a comunicação sobre a disponibilidade do orçamento que é feita pelo Governo Central.

Depois da aprovação, a informação volta pelos mesmos canais até aos foruns locais.

Este processo inicia no terceiro trimestre de cada ano e termina em Fevereiro no ano seguinte.

Quanto aos 2,75% também segue-se os mesmos passos, embora não acontece em simultâneo com a planificação geral, pois, este fundo vem acrescer aquilo que é o fundo do Orçamento Geral do Estado. Depois de aprovada os financiamentos, ele é anexo ao fundo do OGE e juntos fazem o Plano Económico Social e Orçamento do Distrito-PESOD.

Quanto aos projectos dos 2,75%, foi esclarecido que desde a instituição deste fundo, foram financiadas infraestruturas sociais a nível das comunidades, onde , foram construídas e reabilitadas fontes de água, construção de aplendres comunitários, reabilitação da rádio comunitária de Inhassoro entre outros.

Mais uma vez o debate singiu-se na questão de participação comunitária e transparência na gestão do fundo, e por unanimidade conclui-se que nos últimos anos tem havido melhorias no processo, e encoraja-se o governo a continuar a aprimorar o envolvimento das comunidades na deficnição de prioridades.

Também conclui-se por unanimidade que embora exíguo, o fundo dos 2,75% tem estado a contribuir positivamente para a melhoria das condições sociais das comunidades locais, principalmente na componente de abastecimento de água.

Colecta e alocação dos 2,75% aos distritos

O tema estava a cargo do CIP, porém houve consertações com ACOORD para que fosse ela a apresentar. Para tal os técnicos do CIP e da ACOORD tralharam em conjunto na preparação da apresentação, pois a ACOORD mostrou não ter domínio desta materia. O CIP tendo em sua posse vários estudos realizados sobre esta materia, mostrou ter conhecimentos profundos sobre o processo, dai a necessidade de ser ele a liderar a preparação da apresentação.

Coube a ACOORD simplesmente fazer a aprsentação, em função do material disponibilizado pelo CIP.

O objectivo da apresentação foi de mostrar aos campistas o quanto os Governos distritais de Inhassoro e Govuro são lesados, pelo facto de o Governo central não ter canalizado o que deveria aos mesmos.

A apresentação mostrou que as comunidades de Pande e Maimelane foram lesadas em **51,10 milhoes de maticais**, valor que o Ministério das Finanças deixou de transferir para os Governos de Inhassoro e Govuro. Este valor em prejuizo para as comunidades e seus Governos Distritais pode ser reclamado e

recuperado, pois experiências existem de ter acontecido em algumas comunidades na província de Tete.

Nos debates, a sociedade Civil mostrou-se aberta para colaborar com o Governo de Inhassoro para juntos tentarem uma acção para recuperar o valor perdido, pois ele poderia ajudar a ultrapassar muitos problemas que o distrito enfrenta por insuficiência de fundos. Percebe-se que o Governo local não teria coragem suficiente para reivindicar o valor perante ao Ministério das finanças, e que querendo os Governos distritais de Inhassoro e Govurol, as OSC locais coligadas a outras OSC de nível Nacional como o CIP, CDD, UNAC e mais podem o fazer junto do Ministério das Finanças.

Implementação dos ADLs, ligado a formação de jovens para o empreendedorismo

Este tema foi de carácter informativo, foi apresentado pela GIZ. Pretendia-se com o tema dar a conhecer a sociedade Civil sobre as realizações desta entidade enquanto que um parceiro especializado da SASOL na implementação do ADL na componente empoderamento económico.

Achamos importante o tema para o campamento, tendo em conta que esta componente pode ter um papel importante naquilo que seria satisfação de uma das grandes necessidades que os jovens das zonas de exploração de gás tem (emprego ou auto-emprego) que nos últimos tempos tem sido uma das razões por de traz dos conflitos que tem se registado entre a comunidade local e a SASOL.

Foi importante perceber que a GIZ está em momento de treinamento de jovens em varias áreas, incluindo a do empreendedorismo. Se espera que futuramente os jovens em capacitação sejam financiados para desenvolver os seus negócios. Outro sector em que estão sendo treinados os jovens e sobre a produção de ovos e culinária.

Em todas áreas onde estão sendo treinados jovens, espera-se que sejam financiados até 150 jovens em todo o distrito.

Algumas observações foram feitas principalmente pelos líderes comunitários, pois apesar de terem agradecido pela iniciativa, dizem que já faz muito tempo que as capacitações estão a decorrer, e que o prazo para a implementação do ADL também está a se esgotar. Outro aspecto repodiado pelos lideres comunitários, é sobre a selecção dos jovens que participam das capacitações, pois os mesmos líderes não tem sido informados sobre o processo, e muito menos conhecem os critérios usados para a selecção dos beneficiários, e aconselham que se melhore para evitar conflitos futuros.

Mais um comentário feito foi de que a conferência sobre alternativas ao emprego realizada no ano 2021, produziu ideias importantes que a Sasol e seus parceiros devem tomar em consideração para aumentar a capacidade de

auto-emprego principalmente as camadas jovens, o que de certa forma poderá reduzir os conflitos existentes entre as comunidades e a Sasol.

Direitos Humanos da pessoa vivendo com HIV, situação actual do distrito de Inhassoro

A Associação Lamulelane coajuvado com os Serviços Distritais de Saúde de Inhassoro, na pessoa do Médico Chefe, fez uma apresentação do tema, que também teve o carácter informativo e de sensibilização. A apresentação baseiou-se nos direitos e deveres das pessoas vivendo com esta problemática, que para a maioria dos campistas não eram do seu domínio. Foi para o efeito apresentada varos artigos ***da Lei nr 19/2014, Lei de Proteção da pessoa, do trabalhador do candidato ao emprego vivendo com HIV e SIDA.***

No momento dos debates ficou evidente que tanto a sociedade, os portadores do Vírus HIV e os funcionários da Saúde, viola sitematicamente a lei, ao não cumprir com os deveres. Algumas vezes nota-se que é por desconhecimento da lei mas a maior parte das vezes, é mesmo de forma deliberada, principalmente para os funcionários de Saúde.

Constatou-se que nada ou pouco se faz com as pessoas seropositivas que de forma deliberada transmitem o virus a outras pessoas. Neste aspecto, apela-se as autoridades competentes para que melhorem o seu desempenho, pois há evidências de pessoas que cometem essa prática de forma deliberada, e que que nenhuma sanção foi tomada sobre elas.

Aos funcionários da Saúde os SDSMAS de Inhassoro afirma que, tem se dado sanções administrativas para aqueles de divulgam o estado serologico de alguém sem consentimento do mesmo. Porém é necessário que as sanções vão para além de processos administrativos para desencorajar tais actos.

Outras iniciativas para empoderamento económico das famílias, Compensações (Reassentamentos e Indeminizações) das famílias afectadas pelos mega projectos

Os dosi tenas acima não foram apresentados devido ao factor tempo. Houve uma ma plaificação no que refere ao número de temas a serem dicutidos no acampamento, de tal maneiras que a comissão organizadora viu a necessidade de interromper as apresentações, por ter notado que nas últimas horas do segundo dia, os campistas começavam a mostrar sinais de cansaço carcaterizado pelas saídas constantes dos campistas da sala, pela desconsentração notada durante as apresentações.

Actividades culturais

Durante o evento, houve momentos culturais que foram carcateriado por cánticos e apresentação de uma peça teatral. Estes momentos foram

brindados pelo **Grupo Coral Voz Viva** e **Teatro Bimbe** respectivamente para os cânticos e peça teatral.

Os cânticos assim como as peças teatrais exibida foram preparadas especificamente para o acampamento, e as suas mensagens estavam ajustadas ao lema do acampamento. Simplesmente foram feitas a exibições e não se abriu espaço para comentários pois as apresentações foram de carácter educativo.

Momento de recreativo

Todos os campistas sobretudo aos que pernoitaram no local do acampamento se deliciaram de um momento recreativo. Para o efeito a comissão organizadora do evento proporcionou uma noite dançante, ao som do DJ local voluntário para o efeito. O consumo de álcool foi desencorajado pela organização do evento, como forma de evitar a ocorrência de casos não abonatórios para o evento.

Mesmo sem álcool, houve muita aderência as noites dançantes que duraram cerca de 4 horas.

Enquanto participava-se da noite dançante, ocorria uma fogueira, na qual deliciu-se com uns assados de carne de cabrito que de forma espontânea surgiram contribuições dos campistas para que o mesmo fosse adquirido e consumido na fogueira. Apesar de se ter proibido o consumo de álcool, houve de forma exolada e bem controlada focos de consumo de bebidas alcoolicas mas em doses baixas que não trouxeram prejuizos ao evento. A advertência feita sobre o não consumo de álcool, ajudou aos campistas na moderação do consumo do mesmo, pois apenas poucas pessoas e que o fizeram e na maior dos casos de forma escondida.

6. DIFICULTADES/CONSTRANGIMENTOS

Durante o período em referência não aconteceram dificuldades de grande vulto, porém surgiram alguns que nos importam partilhar:

- Aquando da visita dos membros da Assembleia Provincial de Inhambane tivemos alguma dificuldade em reunir com a Sasol, ao que não foi possível obter algumas informações por parte deste actor em relação a certos aspectos inerentes a sua responsabilidade social perante as comunidades locais;
- O local inicialmente identificado pelo FOSCI para a realização do acampamento de reflexão sobre os mecanismos de mediação e mitigação de conflitos foi reprovado pelo Governo Local, faltando menos de 48 horas para o arranque da actividade. Este facto colocou a equipe da ACOORD e FOSCI que estava directamente envolvida na logística do

acampamento numa situação de muita pressão para identificar um outro local, o que culminou na identificação de **Paradise Viw** como o local a ser considerado para o evento.

7. LICÇÕES APRENDIDAS

- Precisamos estar sempre ao lado do Governo local quando planificamos muita das nossas actividades, embora algumas tiverem como alvo o próprio Governo. Quando ele não se sente envolvido, fica com muito medo e receio de aceitar os convites feitos pela sociedade civil, porque acha que será criticada publicamente, ao que deixa os seus representantes desconfortáveis;
- Precisamos moderar a linguagem que usamos ao criticar algumas atitudes do Governo, para que ele possa se interessar em participar nos eventos por nos convidado.

8. CONCLUSÕES

- Os observatórios de desenvolvimento dos distritos são uma excelente oportunidade de monitorar o governo sobretudo no gasto dos fundos para a despesas públicas, pelo que devemos capitaliza-los;
- Existe um esforço notável da SASOL e do Governo local em melhorar a situação da gestão de recursos vindos do gás, ao avaliar pelo envolvimento da sociedade civil e das comunidades locais no comité de parceria e no grupo de trabalho para o emprego, organismos que gerem a implementação do ADL e contratação de mão-de-obra local respetivamente, mas é preciso que a sociedade civil local acompanhe e monitore o processo.

9. RECOMENDAÇÕES

- A ACOORD, Sociedade Civil Local e seus parceiros, devem apostar muito em realizar ou financiar reuniões de Observatórios de Desenvolvimento porque são um bom instrumento de monitoria, principalmente para aferir o uso dos fundos relacionados com os 2,75% e outros do sector da Indústria Extractiva.
- Para mais e melhor monitoria, temos que nos apropriar do processo e tomarmos o protagonismo necessário, porém temos que ter sempre o governo local por perto, seja na planificação, preparação e realização do evento.
- Apoiarmos sempre que possível a Assembleia Provincial de Inhambane a realizar visitas de monitoria aos financiados por fundos provenientes do gás natural;

Inhassoro 25 de Março de 2023